

O Estado de S. Paulo

22/11/1993

TRABALHO

"Vale da Miséria" discute falta de emprego com Barelli

Ministro do Trabalho foi chamado a Minas por autoridades e sindicalistas

PAULO ASSUNÇÃO

MINAS NOVAS (MG) — João Rodrigues da Silva, um mulato de voz baixa e respiração difícil, trabalhou por 13 anos desde 1967, em fazendas de cana e de algodão no interior de São Paulo. Em 1980, quando ainda conseguia cortar 15 mil quilos de cana por dia, seu coração começou a falhar. Tinha 37 anos e era um dos 40 mil trabalhadores rurais que ainda hoje saem dos 57 municípios do Vale do Jequitinhonha, o chamado Vale da Miséria, para ser bóias-frias nas colheitas de cana, café, algodão de outros Estados. Está é uma das regiões mais pobres do País e o segundo maior percentual de indigência de Minas, estimado em cerca de 58 mil famílias passando fome.

Por causa da saúde, João Rodrigues teve parar, mas os dois filhos, de 18 e 21 anos, repetem sua história. Trabalham atualmente na Usina São Geraldo, de Sertãozinho (SP). "São novos e vão aguentando", afirma o pai, mesmo sabendo que sua própria vida de migrante foi uma ilusão. "O que a gente trazia no final da colheita era tão pouco que, na hora de voltar, tinha de pedir emprestado, quem ganhava mais era o gato (o intermediário)", acrescenta.

De perto — Na sexta-feira, a cidade reuniu autoridades, lideranças sindicais e de movimentos populares da região com o ministro do Trabalho, Walter Barelli para tratar do problema de desemprego no Vale do Jequitinhonha.

Barelli recebeu uma espécie de ultimato das lideranças locais, dirigido aos governos estadual e federal. "Chega de nó dizer quer este é o Vale da Miséria; é preciso que o Brasil faça alguma coisa", disse o presidente do Sindicato Rural de Minas Novas, Francisco Ferreira de Castro.

Há três meses, cinco entidades da região, ao chamar o ministro para o encontro, começaram a preparar um documento de 17 laudas com o perfil da região indicando medidas para solução geral dos problemas fundiários (em que predomina a monocultura do eucalipto), de relações trabalhistas (que são desrespeitadas) e sobre a migração de trabalhadores (por ausência de emprego). O documento foi entregue a Barelli sábado.

"Não queremos mais cesta, básicas ou esmolos, o que pedimos e de que precisamos é um programa de desenvolvimento", disse o prefeito, José Felipe Mota Coelho (PMDB). "Desde 1974, quando o governo deu incentivos a empresas como a Acesita para o reflorestamento das chapadas do Vale, a situação do povo continua quase a mesma", acusou o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas Gabriel Santos. A Federação propõe o fim da monocultura e pede a instalação de juntas de conciliação e julgamento na região e investimentos para diminuir o fluxo migratório acelerado de trabalhadores.

"No governo Collor, 2,5 milhões de trabalhadores perderam o emprego no mercado formal", disse o ministro. "De janeiro a agosto, o governo Itamar criou 387 mil postos de trabalho com carteira assinada e começou a se reverter a situação."

Para Barelli, a migração do Vale do Jequitinhonha e de outras regiões do País mudou de rumo. "O trabalhador rural, por exemplo, não vai mais em direção à chamada Califórnia brasileira, São Paulo, porque as usinas, mecanizadas, não precisam mais de cortador, mas de motorista".

Agora, de acordo com o ministro, esses trabalhadores vão para o Mato Grosso do Sul e Goiás, "locais onde se sucedem denúncias de trabalho escravo em carvoarias e até agressões a fiscais do Ministério do Trabalho".

A sugestão de Barelli para resolver o problema no Vale foi estabelecer parceria das entidades organizadas com o governo na fiscalização das denúncias de trabalhadores explorados. "Só o povo do Vale é que sabe o que tem de ser feito", disse.

Propôs a criação de "sindicatos irmãos" entre os estaduais para tornar mais eficaz o respeito às relações trabalhistas no destino do trabalhador migrante. Disse que o Ministério do Trabalho tem pouco mais de dois mil fiscais em todo o País.

A região de Montes Claros, no Norte de Minas, composta por 52 municípios, tem 13 fiscais e um único veículo, disse o delegado regional do Trabalho, Luiz Chaves.

NA REGIÃO, 58 MIL FAMÍLIAS PASSAM FOME

(Página B10 — ECONOMIA)